

memória CULT



Ouro Preto - MG - Brasil - Ano X - nº 28 - maio de 2020

memoriacult.com.br



 **Restauração de Santuário em Ouro Preto**
por Côn. Luiz Carlos Cesar Ferreira Carneiro

 **Academia Mineira de Letras 11 anos**
por Rogério Faria Tavares

 **Entrevista:**
Desembargador Nelson Missias

EXPRESSE
ESCOLHA
PARTICIPE
LIDERE
PENSE
CONHEÇA
AJAJA
COMPRE
PARTEÇA



**A CIDADE QUE VOCÊ QUER
COMEÇA COM SEU VOTO.**

No dia 15, vai estar tudo preparado para você votar com segurança, saúde e fazer valer a sua voz. Vote!



Saiba mais:
almg.gov.br/eleicoes



ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA
DE MINAS GERAIS

Poder e voz do cidadão



Na página do artista, Portinari mostrando Tiradentes, nosso Herói Maior, cuja morte foi celebrada apenas por lembranças no 21 de abril passado, nesses tempos de COVID 19.

O entrevistado, desembargador, Nelson Missias mostra a modernização e os avanços que trouxe, em sua gestão, para o judiciário mineiro.

Já o juiz aposentado Auro Aparecido Maia de Andrade nos mostra novas luzes na história da Inconfidência Mineira, relacionando-a com a Independência Americana.

O presidente da Academia Mineira de Letras, jornalista Rogério Faria Tavares, nos apresenta a Academia que, sob sua batuta, traz ares novos e auspiciosos à cultura mineira.

Já o desembargador Bruno Terra nos brinda com intrigante artigo mostrando quem é o Santo Moderno.

A grandiosa restauração do majestoso Santuário Arquidiocesano de Nossa da Conceição, em Ouro Preto é descrita pelo Cônego Luiz Carlos César Ferreira Carneiro.

E, finalmente, o jornalista Manoel Hygino dos Santos nos mostra a cidade de Bom Despacho, sua história e cultura.


Boa leitura.



Eugênio Ferraz

Diretor Executivo e Editor Geral da Memória CULT

Membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e do IHGMG. Servidor do Ministério da Fazenda desde 1974, foi seu Superintendente em MG de 1998 a 2011 e, a seguir, Diretor-Geral da Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais



Sumário



13 **Onze décadas de amor pela Língua Portuguesa e pela Literatura**
por Rogério Faria Tavares



20 **Restauração do Santuário de N. Sra. da Conceição, em Ouro Preto, MG**
por Con. Luiz Carlos Cesar Ferreira Carneiro

04 **Página do Artista**

18 **O Santo Moderno**
por Bruno Terra Dias

05 **Entrevista:**
Desembargador Nelson Missias

29 **Bom Despacho**
por Manoel Hygino dos Santos

09 **A influência da Independência dos EUA na Inconfidência Mineira**
por Auro Aparecido Maia de Andrade



Espaço do leitor

Agradecemos o envio de críticas, sugestões e comentários para o aprimoramento desta revista: memoriacult@gmail.com. A Memória **CULT** poderá editar manifestações de leitores selecionadas para publicação, não necessariamente na edição subsequente.

Prezado Eugênio Ferraz.

Não me canso de cumprimentá-lo pelo excelente trabalho feito por você sobre nossa área cultural. É alegria receber “Memória Cult”, sempre a nos trazer assuntos da maior relevância.

Já tinha lido o Manoel Hygino discorrendo no Hoje em Dia sobre a revista e foi com interesse que eu cheguei às páginas do artigo onde me impressionou os dados oferecidos por Marcos Paulo de Souza Miranda sobre o comércio ilícito de artes sacras.

Yeda Prates Bernis

Membro da Academia Mineira de Letras

Acuso o recebimento da revista “Memória CULT”

Como sempre esta se apresenta magnífica, com conteúdo exemplar, diagramação e ilustrações de primeira qualidade.

Agradeço mais uma vez a gentileza de seu envio e desejo continuidade.

Aproveito para parabenizá-lo e dizer que continuo a sua completa disposição apesar da distância geográfica.

Esperando poder revê-lo em breve despeço-me fazendo votos de muito sucesso.

Adilson Cezar

Presidente do Instituto Histórico de Sorocaba

ÚLTIMA EDIÇÃO



A edição número 27 da Memória CULT trouxe artigo sobre os 300 anos de Minas Gerais, do jornalista e escritor Mauro Werkema. O entrevistado foi o radialista Acir Antão. Confira a edição completa em memoriacult.com.br

EXPEDIENTE **memória CULT**

memoriacult.com.br

Ouro Preto, Minas Gerais, Brasil - ano X - nº28 - novembro de 2020

Diretor Executivo e Editor Geral | Eugênio Ferraz - Reg.: 8.172-MG

Editor | Petrônio Souza - Reg.: 7.124-MG

Projeto Gráfico | Raphael Simões

Revisão Ortográfica | Acácio Cândido da Silveira Santos

Foto da capa | Eugênio Ferraz

As manifestações expressas em artigos são de inteira responsabilidade dos respectivos autores e não refletem, necessariamente, a opinião da publicação.

Artista da capa

PORTINARI



Desenhos de Portinari esboçando um anjo e Tiradentes (capa). Peças valiosíssimas e que, de certa forma bem representam o momento atual por que passa nosso país... Orações e sacrifícios maiores para a nossa sociedade.

Cândido Portinari nasce em 30 de dezembro de 1903, numa fazenda de café perto do pequeno povoado de Brodowski, no estado de São Paulo. Filho de imigrantes italianos, de origem humilde, tem uma infância pobre. Recebe apenas uma instrução primária. Desde criança manifesta sua vocação artística. Começa a pintar aos 9 anos. E - do cafezal às Nações Unidas - ele se torna um dos maiores pintores do seu tempo.

O tema essencial da obra de Candido Portinari é o Homem. Seu aspecto mais alto do grande público é a força de sua técnica social. Menos conhecido, há também o Portinari lírico. Essa outra vertente é povoada por elementos das reminiscências da infância na sua terra natal: os meninos de Brodowski com suas brincadeiras, suas danças, seus cantos; o circo; os namorados; o camponeses ... o ser humano em aspeços de ternura, solidariedade, paz.

Pela importância de sua produção estética e pela atuação consciente na vida cultural e política brasileira, Candido Portinari alcança reconhecimento dentro e fora do seu País. Essa afirmação de seu valor se expressa nos diversos convites recebidos de instituições culturais, políticas, religiosas, para realização de exposições e criação de obras; nos prêmios e honrarias obtidos nas mais diferentes partes do mundo; na aura de amizade e respeito construída em torno de sua imagem; no orgulho do povo brasileiro, tão bem representado em sua obra.

Cândido Portinari morre no dia 6 de fevereiro de 1962, vítima de intoxicação pelas tintas. Na última década da sua criação, faz para a sede da Organização das Nações Unidas, os painéis Guerra e Paz. Na função de diretor do Projeto Portinari, João Cândido, seu filho, destaca a obra-síntese constituída pelo trabalho maior de toda uma vida do pintor. O mais universal, o mais profundo, também, em seu majestoso diálogo entre o trágico e o lírico, entre a fúria e a ternura, entre o drama e a poesia. Na avaliação do artista Enrico Bianco, Guerra e Paz são como duas grandes páginas da comunicação com o filósofo / pintor entrega à humanidade.

Fonte: <http://www.portinari.org.br>



Desembargador Nelson Missias de Moraes

Presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais

Manoel Guimarães*

Fotografia: Robert Leal



A edificação de dezenas de novos fóruns no interior do estado, a criação do Programa “Pontualidade”, para acelerar a prestação jurisdicional nas comarcas com excesso de demanda, a implantação do Processo Judicial eletrônico (PJe) em todas as 297 comarcas mineiras e a instituição, de forma pioneira no Poder Judiciário brasileiro, de um Programa de Integridade, para prevenir e coibir fraudes contra a administração pública, são algumas das iniciativas exitosas do desembargador Nelson Missias de Moraes à frente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, cuja Presidência assumiu em 1º de julho de 2018.

Natural de João Pinheiro e criado em Patos de Minas, Nelson Missias é magistrado por vocação e defende que a boa aplicação da Justiça pressupõe que o julgador não se atenha à letra fria da lei, mas contemple também o contexto social. É um crítico da “cultura da litigiosidade” que ainda prevalece no país e defende a utilização da conciliação como forma eficaz de promover a paz social.

Em entrevista exclusiva à **Revista Cult**, ele fala sobre sua gestão e temas atuais do Judiciário.



Foi em função disto que elaboramos ambicioso programa de aceleração de obras e demos início à construção de nada menos de 46 novos fóruns, dos quais iremos inaugurar 27 e deixaremos os demais para futuras inaugurações.

O senhor concluirá em junho o mandato de dois anos à frente do TJMG com uma gestão bem avaliada. Quais as iniciativas que o senhor destacaria?

Em primeiro lugar, destaco que temos feito uma gestão participativa e compartilhada, com envolvimento de toda a direção e, fundamentalmente, de todo o corpo de magistrados e servidores.

Foi assim que nós conseguimos destravar alguns gargalos gerenciais e implementar iniciativas que estão tendo grande repercussão na prestação jurisdicional.

Nossa prioridade foi cuidar da Primeira Instância, pois é lá que têm início os processos judiciais e, se ela estiver bem aparelhada, além do magistrados e servidores trabalhando motivados, os resultados serão evidentes.

Foi em função disto que elaboramos ambicioso programa de aceleração de obras e demos início à construção de nada menos de 46 novos fóruns, dos quais iremos inaugurar 27 e deixaremos os demais para futuras inaugurações.

Aceleramos a implantação do Processo Judicial eletrônico (PJe), que hoje está presente em todas as 297 comarcas e atingiu, no início de 2020, a marca de mais de 3 milhões de processos em tramitação. Isto significa não apenas maior rapidez na tramitação dos processos, mas também uma grande economia de recursos, seja no consumo de papel, seja na redução do trânsito físico do processo.

A implantação do PJe nos permitiu, entre outras coisas, implantar, de forma criativa, o Programa Pontualidade, por meio do qual estamos dando vazão ao acúmulo de processos em comarcas que estão com excesso de demanda. Sob a coordenação de dois magistrados experientes e assessores selecionados, o Pontualidade vem proferindo, em média, 2 mil sentenças por mês, reduzindo consideravelmente o estoque de processos

no interior. Em apenas um ano, baixamos 1,8 milhão de processos, superando a marca de 1,6 milhão de novos processos que deram entrada e, com isto, reduzindo em mais de 200 mil o estoque de processos em tramitação no estado de Minas.

Sabemos que o senhor é um crítico da cultura da litigiosidade e entusiasta da conciliação como forma de promover a justiça. Como o senhor procurou estimular isto em sua gestão?

Nós estimulamos a criação dos Centros Judiciários de Conciliação (Cejuscs) e, sob a coordenação da terceira vice-presidente, desembargadora Mariangela Meyer, investimos muito na ideia da conciliação, tanto que fomos reconhecidos pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) como o Tribunal de Justiça brasileiro com o melhor índice de conciliações bem-sucedidas.

Posso destacar três iniciativas. A negociação que levou à solução do conflito na Ocupação Izidora, na Região Metropolitana de Belo Horizonte, considerada a maior ocupação urbana da América Latina e onde havia um enorme potencial de desdobramentos violentos.

A segunda foi a negociação que conduziu ao acordo entre o governo de Minas e os municípios mineiros, para pagamento de dívida bilionária que governos anteriores haviam deixado. Esse acordo foi que deu fôlego ao governador Romeu Zema para atravessar seu primeiro ano e significou alívio para os municípios.

A terceira iniciativa bem-sucedida foi em relação ao desastre de Brumadinho, em que nós dotamos o Fórum local de todas as condições de dar andamento célere aos pedidos, incluindo a instalação do PJe em tempo recorde, e reinstalamos o Cejusc, o que possibilitou que fossem firmados mais de 1 mil acordos pré-processuais com familiares de vítimas, reduzindo o número de ações judiciais.

“A segunda foi a negociação que conduziu ao acordo entre o governo de Minas e os municípios mineiros, para pagamento de dívida bilionária que governos anteriores haviam deixado.”

“Como disse no início, o trabalho participativo e compartilhado tem sido decisivo para a obtenção de bons resultados, conforme foi reconhecido pelo Conselho Nacional de Justiça. A última edição publicada no Relatório CNJ em Números apresentou o TJMG como líder em diversos índices.”

Quais são outros pontos que o senhor destacaria em sua gestão?

Como disse no início, o trabalho participativo e compartilhado tem sido decisivo para a obtenção de bons resultados, conforme foi reconhecido pelo Conselho Nacional de Justiça. A última edição publicada no Relatório CNJ em Números apresentou o TJMG como líder em diversos índices. Entre esses, o que demonstra que somos o Tribunal com o menor custo por habitante entre os de maior porte. Isto se deve ao cuidado que temos tido com a gestão do dia a dia, em que temos obtido resultados muito expressivos, graças ao aperfeiçoamento e treinamento de nossos servidores e da diligência dos magistrados. Um dos corolários desse cuidado foi a elaboração do Programa de Integridade, o primeiro do Poder Judiciário do país, por meio do qual foram estabelecidas normas a serem assimiladas por todos e que irão prevenir e obstruir a ocorrência de fraudes contra a gestão pública.

Como o senhor enxerga o atual momento do Poder Judiciário no Brasil?

Com alguma preocupação, diante da série de ameaças que nos estão chegando, sob a forma de demandas judiciais e propostas legislativas, que buscam reduzir nossa autonomia e independência administrativa. Paira no ar uma ameaça ao princípio constitucional da independência e da autonomia entre os Poderes, que é inegociável, bem como sobre as garantias da magistratura, que são indispensáveis ao exercício de nossa missão com independência.

*** Jornalista**

A influência da **Independência** dos Estados Unidos da América na **Inconfidência Mineira**

Auro Aparecido Maia de Andrade*

Muito embora no Brasil setecentista brasileiros e luso-brasileiros já tomavam conhecimento das ideias iluministas¹ como estudantes da Universidade de Coimbra² após a Reforma Pombalina,³ foram os princípios democráticos e republicanos⁴ implantados nas Treze Colônias Inglesas da América do Norte a partir de sua independência (1776) que consistiram em referências concretas para o primeiro e mais expressivo movimento libertário brasileiro, a Inconfidência Mineira.⁵⁻⁶



Pintura de John Trumbull (1756-1843)⁷ representando a entrega da Declaração de Independência dos EUA (reprodução à direita)⁸ ao Presidente do Congresso, John Hancock, pela comissão de redação: John Adams, Robert Sherman, Thomas Jefferson e Benjamin Franklin.

Ressalte-se, ademais, que a Inconfidência Mineira foi o primeiro levante anticolonial, republicano e constitucionalista das Américas depois do êxito da revolução das colônias inglesas norte-americanas, tendo sido, inclusive, anterior à própria Revolução Francesa de 1789.⁹

Outrossim, destaca-se que a influência norte-americana não foi somente no campo das ideias, mas muito além disso. Com efeito, houve tratativa de apoio concreto ao movimento inconfidente, conforme escrito por Tho-

mas Jefferson¹⁰, então embaixador dos EUA na França, em carta dirigida ao Secretário de Estado John Jay¹¹⁻¹² a partir de 03(três) cartas¹³ trocadas com “Vendek”¹⁴, que era o pseudônimo do inconfidente José Joaquim da Maia e Barbalho¹⁵⁻¹⁶, no período de 1786 a 1787.

E naquela carta remetida a John Jay por Jefferson se vê a informação de que o intento libertário do Brasil tinha a Revolução Norte-Americana como um precedente e modelo a ser seguido.

E esse apoio norte-americano ao movimento Inconfidente era tão certo que nos Autos da Devassa da Inconfidência Mineira existem declarações de vários implicados naquele levante que fizeram expressa declaração nesse sentido.¹⁹

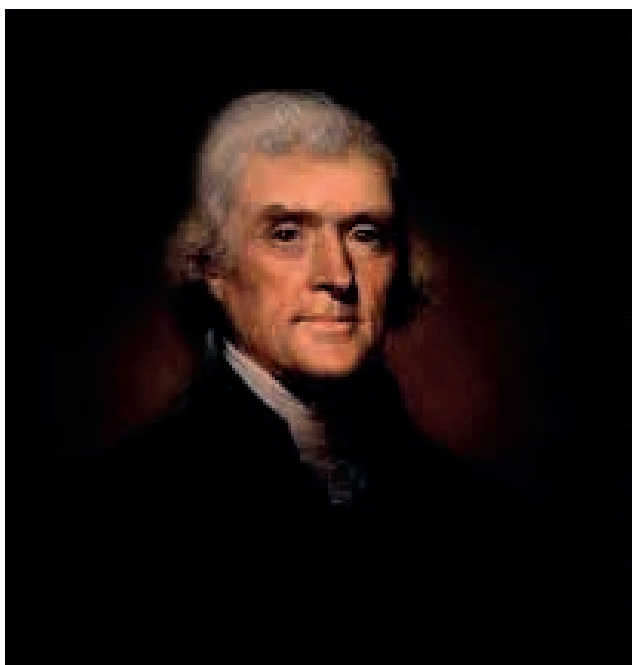
Ainda robustecendo a relação direta da independência dos EUA com os princípios republicanos defendidos pela Inconfidência Mineira, tem-se que o herói inconfidente “Tiradentes”, o qual foi o único dentre os integrantes daquele movimento que confessou a atuação no levante e foi condenado à pena de morte, trazia sempre consigo um livro de coletânea das leis constitucionais das colônias inglesas confederadas sob o nome de Estados Unidos da América Setentrional, escrito em francês, o *Recueil des loix constitutives des États-unis de l’Amérique*, ou mais simplificada “Recueil”,²⁰ que lhe fora presenteado pelo aludido José Alvares Maciel, e que ficou conhecido na historiografia nacional como “o livro de Tiradentes”.²¹⁻²² Isso fica ainda mais nítido quando se soma o fato de que Tiradentes tinha também um dicionário de francês, conforme declarações do também inconfidente Salvador Carvalho do Amaral Gurgel.²³

No que pertine ao aludido “Recueil”, valiosa ainda é a lição de Kenneth Maxwell²⁴ que se refere aos documentos constitucionais nele contidos como adequados ao contexto do movimento Inconfidente e, com lapidar síntese, noticia que a expressão “americanos ingleses” foi mencionada “mais de noventa vezes nas devassas”, acrescentando que os principais inconfidentes a ela se refere “pelo menos uma vez”, e também que “[a] maioria das referências a “americanos ingleses” é atribuída a Tiradentes, principal propagandista do movimento”. Aludido historiador arremata informando que nos Autos da Devassa da Inconfidência Mineira existem “pelo menos quinze referências à posse de livros relacionados com os “americanos ingleses””.

O historiador Pedro Doria²⁵⁻²⁶ sustenta que José Alvares Maciel recebeu esse “Recueil” das mãos de José Joaquim da Maia e Barbalho, em Portugal, o qual, por sua vez, o recebera do próprio Thomas Jefferson naquele encontro em Nîmes, na França.

Acresce-se que além do mencionado “Livro de Tiradentes”, na Inconfidência Mineira um segundo livro do mesmo “Recueil”²⁷ foi trazido ao Brasil por José Pereira Ribeiro²⁸ igualmente estudante de Coimbra e contemporâneo dos já mencionados José Alvares Maciel e José Joaquim da Maia, e também envolvido na Inconfidência Mineira.

Essas são, portanto, as principais balizas que demonstram a importância da direta influência dos EUA no primeiro movimento libertário brasileiro, a Inconfidência Mineira.



Thomas Jefferson¹⁸

Notas e referências fotográficas

1 Célia Freire D’Aquino Fonseca, em palestra proferida no Seminário referido na nota “4” retro. Ob. cit., pág. 16.

2 “Considerando o período entre 1772 a 1785, foram 300 os estudantes brasileiros que frequentaram a Universidade de Coimbra. Na segunda metade do século XVIII, aproximadamente 1.000 brasileiros estudaram em Coimbra.” (História de Minas Gerais – As Minas Setecentistas, vol. 2 (organizado por Maria Efigênia Lage de Resende e Luiz Carlos Villalta), Autêntica Editores, Belo Horizonte, 2007 – pág. 178).

A criação da Universidade de Coimbra remonta a 1º de março de 1290, pelo rei D. Dinis I. Daí, na época da Inconfidência Mineira a Universidade de Coimbra contava com quase 500 anos de funcionamento.

3 Com a chamada Reforma Pombalina, a Universidade de Coimbra passou a contar com vários professores com ideias iluministas.

A Reforma Pombalina foi o conjunto de inovações administrativas implantadas pelo poderoso ministro do rei de Portugal D. José I, o Marquês de Pombal (Sebastião José de Carvalho), que ocupou essa função no longo período de 1750 a 1777 e era considerado um “déspota esclarecido” por suas tendências iluministas.

4 As ideias iluministas, principalmente dos filósofos franceses, difundiram-se na Europa durante o século XVIII e, ainda, influenciaram a independência dos EUA e posteriormente as colônias ibéricas na América (Início do século XIX, no período de 1808 a 1826).

“Pesquisas mais recentes mostram que na biblioteca dos fundadores dos Estados Unidos havia muito mais livros de Montesquieu, por exemplo, do que de John Locke, ao

contrário do que pensava a tradição.” (Pedro Celso Uchôa Cavalcanti – Palestra proferida no Seminário “Inconfidência Mineira e Revolução Francesa – Bicentenário: 1789/1989 – Ouro Preto, 24 a 28 de abril de 1989” – Publicado na revista Análise & Conjuntura, v. 4, nºs 2 e 3, maio/dezembro 1989, Fundação João Pinheiro – pág. 149).

5 “No geral predomina uma perspectiva que entende a Inconfidência Mineira marcada pela experiência exitosa das colônias inglesas na América e, tanto quanto esta, também influenciada pelo pensamento iluminista. As presenças de Voltaire, de Rousseau, do Abade Mably, de Reynal, de Montesquieu nas bibliotecas de alguns inconfidentes letrados é mais que diletantismo. É marca do tempo, é influência real.” (João Antônio de Paula - Seminário “Inconfidência Mineira e Revolução Francesa – Bicentenário: 1789/1989 – Ouro Preto, 24 a 28 de abril de 1989” – Publicado na revista Análise & Conjuntura, v. 4, nºs 2 e 3, maio/dezembro 1989, Fundação João Pinheiro – pág. 41).

6 “A Inconfidência Mineira [...] o mais expressivo movimento de rebeldia de nossa vida colonial, [...]” (O Descobrimto e a Colonização Portuguesa no Brasil – Miguel Augusto Gonçalves de Souza – Coleção reconquista do Brasil, 2ª série – volume 220 – editora Itatiaia – Belo Horizonte – 2000 – pág. 637)

7 Fonte: site O Portal da História, <<http://www.arqnet.pt/portal/imagemsemanal/julho01.html>>, acessado em 05/07/2019 às 10:50 hs.

8 Fonte Wikipédia: <https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/8/8f/United_States_Declaration_of_Independence.jpg>

9 Kenneth Maxwell, historiador e brasileiro, e fundador do curso de história do Brasil na Universidade de Harvard, em entrevista concedida a Roberta Jansen em 31/08/2013 e publicada na internet no endereço <<https://oglobo.globo.com/sociedade/historia>>, acesso em 22/06/2019 às 20:00.

10 Thomas Jefferson (1743-1826) foi o principal autor da Declaração de Independência das Treze Colônias (1776). Sucedeu a Benjamim Franklin como embaixador dos Estados Unidos junto à Corte de Paris. Posteriormente, tornou-se o 3º presidente dos Estados Unidos.

11 Carta datada de 04 de maio de 1787, (Anuário do Museu da Inconfidência, II, pp.13-9, apud Kenneth Maxwell (coordenação), O Livro de Tiradentes, editora Penguin Companhia das Letras, 2013, pág. 404, referência “17”).

12 John Jay (1745-1829) era na ocasião Secretário de Negócios Estrangeiros dos Estados Unidos (Fonte: site Arcos, Biografia dos Federalistas, acesso <https://pt.wikipedia.org/wiki/Thomas_Jefferson>).

13 Vendek foi o pseudônimo utilizado pelo jovem carioca José Joaquim da Maia e Barbalho. Ele escreveu a primeira carta para Thomas Jefferson aos 02/10/1786 que a respondeu em 16/10/1786. Thomas Jefferson marcou um encontro na cidade de Nimes, na França, o que efetivamente aconteceu (em 21/03/1787), e comunicou o fato ao governo norte-americano em 04/05/1787 manifestando apoio à causa proposta por Vendek. Em 21/11/1786, Vendek enviou a segunda carta, vindo a resposta de Jefferson em 26/12/1786. Aos 05/01/1787 Vendek

remeteu a terceira e última carta, a qual foi respondida em 19/03/1787. Em março de 1788, José Joaquim da Maia faleceu na cidade de Lisboa.

14 Alguns historiadores dizem que o codnome “Vendek” tem origem e significado maçônico; outros ainda sustentam que decorre do nome de um comerciante francês que morava, naquela época, na cidade do Rio de Janeiro.

15 José Joaquim da Maia e Barbalho era natural da cidade do Rio de Janeiro, ingressou na Universidade de Coimbra em 1783 no curso de Matemática. Em seguida, no ano de 1786, foi para Montpellier, na França, matriculando-se no curso de Medicina (Maxwell, apud Renata Christina de Oliveira Elias, O Processo Penal contra Tomás Antônio Gonzaga: Inconfidência Mineira - Final do Século XVIII, editora Kelps, Goiânia, 2012, pág. 48), tendo se formado médico aos 10/05/1787 (ADIM, vol. 1, pág. 213, nota de rodapé 1).

16 A participação de José Joaquim da Maia nessa interlocução foi noticiada nos Autos da Devassa pelo inconfidente Domingos Vidal Barbosa (que também estudou Medicina em Montpellier, tendo lá se matriculado em outubro de 1785, e depois em Bordeaux) ao seu primo e também inconfidente Francisco Antônio de Oliveira Lopes que assim declarou nos Autos da Devassa da Inconfidência Mineira aos 08/07/1789.

17 Imagem – gentileza da historiadora Isolde Helena Brans.

18 Fonte: Wikipédia, <https://pt.wikipedia.org/wiki/Thomas_Jefferson>.

19 Verbi gratia, vol. 1 dos Autos da Devassa da Inconfidência Mineira, pág. 177.

20 O Recueil contém “os documentos constitucionais fundadores dos Estados Unidos da América: a Declaração de Independência, uma primeira redação dos Artigos da Confederação, um censo das colônias inglesas de 1775, uma lei de navegação, o grau de doutor honoris causa concedido ao general George Washington pela Universidade Harvard e as Constituições de seis dos treze Estados originais americanos: Pensilvânia, Nova Jersey, Delaware, Maryland, Virgínia e Carolina do Sul; traz ainda documentos relativos à Carolina do Sul e Boston.” - Kenneth Maxwell (coordenação), O Livro de Tiradentes, editora Penguin Companhia das Letras, 2013, pág. 09/10.

21 O livro de Tiradentes é tão importante para a história da Inconfidência Mineira que é o título do livro coordenado por Kenneth Maxwell, editora Penguin Companhia das Letras, 2013.

22 “Pouco antes de ser preso em 10 de maio de 1789 no Rio de Janeiro, ciente de que estava sendo seguido, Tiradentes entregou seu exemplar do Recueil a Francisco Xavier Machado, porta-estandarte dos Dragões de Minas, para que este o levasse de volta a Minas Gerais. Em Vila Rica, Xavier Machado entregou o Recueil aos agentes do governador de Minas.” (O livro de Tiradentes, Kenneth Maxwell (coord.), pág. 13, editora Penguin Companhia das Letras, 2013, São Paulo).

23 Jovem cirurgião de apenas 27 anos, nascido em Parati (ADIM, vol. 1, pág. 160).

Salvador Carvalho do Amaral Gurgel declarou nos Autos da Devassa que “Sucedendo porém ter precisão de um dicionário da língua francesa, soube por acaso que o referido Joaquim José, por alcunha o Tiradentes, tinha um; e procurando-o para o fim de lho

comprar, lho não quis o dito vender, mas conseguiu dele que por alguns dias lho emprestasse.” (Autos da Devassa da Inconfidência Mineira - ADIM, vol. 1, pág. 208).

24 Kenneth Maxwell (coordenação), O Livro de Tiradentes, editora Penguin Companhia das Letras, 2013, pág. 38.

25 “É estranho que um livro originalmente em inglês fosse parar em versão traduzida no interior britânico. Mas não impossível. Assim como não é impossível que Maciel tenha dito aos juizes que o trouxera para não ter que explicar que o ganhara, em Portugal, de José Joaquim da Maia. Que sua origem era bem mais nobre; um presente pessoal do embaixador americano na França, Thomas Jefferson.” (Pedro Doria, 1789 – A história de Tiradentes e dos contrabandistas, assassinos e poetas que lutaram pela independência do Brasil – editora Nova Fronteira, RJ, 2014, pág. 153/154).

26 Para os Juizes da Devassa, Maciel “declarou tê-lo adquirido num pacato leilão, em Birmingham (Inglaterra). Fora publicado na França mas, para despistar, a origem impressa apontava a Suíça.” (Pedro Doria, 1789 – A história de Tiradentes e dos contrabandistas, assassinos e poetas que lutaram pela independência do Brasil – editora Nova Fronteira, RJ, 2014, apud Maxwell, Kenneth (Coord.), O livro de Tiradentes, pág. 153).

27 Não se sabe o que aconteceu com esse “Recueil”. Possivelmente foi destruído para que não resultasse em implicação de seu possuidor no temível processo da Devassa da Inconfidência Mineira.

28 Advogado formado em Coimbra no ano de 1786. Regressou ao Brasil em 1788 e passou a exercer sua profissão na cidade de Mariana.

***Juiz de Direito do Estado de Minas Gerais, aposentado**



Onze décadas de **amor** pela **Língua Portuguesa** e pela **Literatura**

Rogério Faria Tavares*



Direito assegurado pela Constituição cidadã de 1988, a Cultura é fator de inclusão e motor do desenvolvimento econômico e social. No âmbito da chamada economia criativa ou economia do conhecimento, ela mobiliza extensa cadeia produtiva, gera emprego e renda e ativa o turismo, além de afirmar a identidade e a autoestima dos agentes que com ela se envolvem. Solo a partir do qual um povo ergue o edifício da sua civilização, vive o presente e planeja o futuro, a Cultura ainda proporciona o contato com o bom e com o belo. Por meio da Arte, ela oferece a todos a possibilidade de representar a realidade de diversas maneiras e de inventar outros mundos, sem preconceito, sem censura.





Esta é, seguramente, uma das funções da Literatura, expressão vigorosa do engenho humano. Registro linguístico das aventuras da nossa espécie sobre a Terra, o texto literário é um portal poderoso para uma vida mais rica e mais interessante. Ninguém termina de ler um livro do mesmo modo como iniciou. A leitura é uma experiência forte, que amplia e transforma as estruturas do pensamento, contribuindo, desse modo, para a formação de mulheres e homens autônomos e livres, senhores de suas mentalidades e de seus destinos, a salvo da ignorância e das superstições.

Por tudo isso, os poderes públicos e a sociedade precisam, sempre, empenhar-se para defender e promover a Literatura e a Língua na qual ela veicula a sua mensagem. Fundada em 25 de dezembro de 1909, em Juiz de Fora, por um grupo de intelectuais apaixonados por essa missão, a Academia Mineira de Letras (AML)

completa onze décadas de existência plenamente fiel ao principal objetivo de seus idealizadores, entre os quais figuram nomes como Amanajós de Araujo, Arduino Bolívar, Avelino Fóscolo, Belmiro Braga, Brant Horta, Eduardo de Menezes e Machado Sobrinho.

Transferida para Belo Horizonte em 1915, ela só conquistou sua primeira sede própria, no entanto, no final da década de quarenta, quando o seu presidente era Heli Menegale. Em 1987, graças à tenacidade de Vivaldi Moreira, mudou-se para o Palacete Borges da Costa, à rua da Bahia, onde está até hoje. Em 1994, projetado pelo talento do arquiteto Gustavo Pena, ficou pronto o prédio anexo, dotado de confortável auditório e agradável espaço expositivo, por onde já passaram mostras de grande sucesso. A mais recente foi sobre a vida e a obra do dramaturgo João das Neves, recebida com empolgação pelo público e pela crítica.



Uma das mais importantes guardiãs da memória literária e das tradições culturais de Minas Gerais, a Casa de Alphonsus de Guimaraens, reitera, passados cento e dez anos, o compromisso em zelar pela vitalidade de seu acervo, atualmente composto por mais de trinta e cinco mil itens, entre obras raras, manuscritos e correspondência. Integrado por dez preciosas coleções, entre as quais as de Nelson de Sena, Eduardo Frieiro, Vivaldi e Edison Moreira, ele se consagrou, ao longo do tempo, como importante fonte de pesquisa, concentrando a atenção de muitos especialistas e viabilizando a produção de numerosas dissertações de mestrado, teses de doutorado e trabalhos de pós doutorado.

Outro sinal da presença potente da AML no cenário cultural de Minas se dá no campo da difusão cultural. Criada em 1922, quando o presidente da entidade era Mário de Lima, a sua revista oferece aos leitores, a cada

edição, uma série de artigos, contos, crônicas e poemas de alta qualidade. Chegando, agora, ao número setenta e nove, em volume completamente dedicado ao aniversário da Academia, a revista confirma a sua dimensão de verdadeiro documento sobre o universo das letras e das artes no estado. Sintonizada com o dever de divulgar, para todos os cantos do planeta, a literatura e a língua portuguesa, a AML também investe em outros canais de comunicação, mantendo site na internet, canal no *you tube* e presença firme em redes sociais como o *facebook* e o *instagram*.

Sua intensa programação de atividades, sempre gratuitas, é mais um dos pilares que sustentam a sua missão, de inegável caráter educativo. De março a dezembro, cerca de cem eventos movimentam o seu calendário. Concebidos a partir da necessidade e da vontade de dialogar com o fenômeno literário tal como ele



emerge no século vinte e um, as palestras e os debates organizados pela Academia Mineira de Letras mantêm seu compromisso histórico com a liberdade de expressão e, sobretudo, com a diversidade e a pluralidade de representações literárias. Tudo o que é literário nos interessa: a literatura afro-descendente, a literatura indígena, a literatura erótica, a literatura *queer*, a literatura fantástica, a literatura mística. Queremos conhecer a produção literária dos centros e das periferias, dos núcleos urbanos e das zonas rurais, dos presídios e das comunidades. Tal atitude é fundamental para compreender o complexo e multifacetado mundo contemporâneo.

Espaço de sociabilidade e convívio fraterno, suave e elegante, a Academia Mineira de Letras é, ainda, uma das confrarias mais antigas e representativas da história de Minas. Por suas quarenta cadeiras passaram, no curso de pouco mais de um século, prosadores e poe-

tas, professores, juristas, filósofos e cientistas, de que são exemplos Alaíde, Henriqueta e José Carlos Lisboa, Ayres e Edgar da Mata Machado, Bartolomeu Campos de Queiroz, Cyro dos Anjos e Emílio Moura, além de estadistas como Afonso Arinos de Melo Franco, Milton Campos, Oscar Dias Correa, Paulo Pinheiro Chagas, Pedro Aleixo e Tancredo Neves.

Um olhar arguto sobre a sua galeria de acadêmicos concluirá que a entidade tem sido sempre capaz de acolher, com igual generosidade e respeito, pessoas de diferentes origens, credos, crenças ideológicas e preferências estéticas, numa demonstração de inteligência e civilidade. Afinal, não há nada melhor que o relacionamento cordial entre indivíduos portadores de visões distintas e até opostas, modo mais eficaz de refinar o raciocínio e de sofisticar-se intelectualmente. Minas são muitas. E a Academia é mais uma prova disso.



Os acadêmicos Angelo Oswaldo, Jacyntho Lins Brandão, Rogério Faria Tavares, Antenor Pimenta, Caio Boschi, Márcio Sampaio, Yeda Prates Bernis, Hindemburgo Chateubriand Pereira-Diniz e Olavo Romano formaram a Comissão encarregada de comunicar oficialmente ao professor Wander Melo Miranda (no centro) a sua eleição para a Academia



O presidente da Associação dos Amigos da Academia, José Anchieta da Silva; o Cônsul de Portugal em Belo Horizonte, Rui Nuno de Almeida; o presidente da Academia Mineira de Letras, Rogério Faria Tavares, e o presidente da Academia Brasileira de Letras, Marco Lucchesi, em sessão solene na AML



Homenagem da Assembleia Legislativa de Minas Gerais aos 110 anos da Academia Mineira de Letras



Onze acadêmicos no Auditório Vivaldi Moreira: Rogério Faria Tavares, Padre José Carlos Brandi Aleixo, Caio Boschi, Danilo Gomes, Elizabeth Rennó, Yeda Prates Bernis, Carmen Schneider Guimarães, Angelo Oswaldo, Luís Giffoni, Márcio Sampaio e Olavo Romano

Membros atuais da Academia Mineira de Letras (2020)

Cadeira n. 1 - Danilo Gomes
 Cadeira n. 2 - Benito Barreto
 Cadeira n. 3 - Angelo Oswaldo de Araújo Santos
 Cadeira n. 4 - Amílcar Martins Filho
 Cadeira n. 5 - Carmen Schneider Guimarães
 Cadeira n. 6 - Yeda Prates Bernis
 Cadeira n. 7 - Wander Melo Miranda
 Cadeira n. 8 - Rogério Faria Tavares
 Cadeira n. 9 - Márcio Garcia Vilela
 Cadeira n. 10 - Fábio Doyle
 Cadeira n. 11 - Dom Walmor Oliveira de Azevedo
 Cadeira n. 12 - Cônego José Geraldo Vidigal de Carvalho
 Cadeira n. 13 - Paulo Tarso Flecha de Lima
 Cadeira n. 14 - Antenor Pimenta
 Cadeira n. 15 - Bonifácio Andrada
 Cadeira n. 16 - Ronaldo Costa Couto
 Cadeira n. 18 - José Henrique Santos
 Cadeira n. 19 - Padre José Carlos Brandi Aleixo
 Cadeira n. 20 - Hindemburgo Chateaubriand Pereira-Diniz
 Cadeira n. 21 - Elizabeth Rennó

Cadeira n. 22 - Fábio Lucas
 Cadeira n. 23 - Manoel Hygino dos Santos
 Cadeira n. 24 - Eduardo Almeida Reis
 Cadeira n. 25 - Jacyntho Lins Brandão
 Cadeira n. 26 - Angelo Machado
 Cadeira n. 27 - Afonso Henriques Guimaraens Neto
 Cadeira n. 28 - Márcio Sampaio
 Cadeira n. 29 - Afonso Arinos de Melo Franco
 Cadeira n. 30 - Caio Boschi
 Cadeira n. 31 - Rui Mourão
 Cadeira n. 32 - Carlos Bracher
 Cadeira n. 33- Luís Giffoni
 Cadeira n. 34 - Orlando Vaz Filho
 Cadeira n. 35 - Carlos Mário da Silva Veloso
 Cadeira n. 36 - Aloísio Teixeira Garcia
 Cadeira n. 37 - Olavo Romano
 Cadeira n. 38 - Pedro Rogério Couto Moreira
 Cadeira n. 39 - Patrus Ananias
 Cadeira n. 40 - Maria José de Queiroz

***Jornalista. Presidente da Academia Mineira de Letras**

O santo moderno

Bruno Terra Dias*

A vida citadina cobra tributos de toda ordem a quem se afirme disposto a um estilo contrastante com o do campo. Não apenas custeia-se o Estado, mas sacrifica-se a saúde, a convivência familiar, deposita-se esperança em abstrações criadas com imaginação para suprir a incapacidade de ação diante dos infortúnios a que estamos sujeitos, angaria-se desesperança no outro, no primo, no amigo, no irmão. Fortunas são formadas a partir da compreensão prática das possibilidades abertas por aquilo que não se enxerga nem se toca, adquire-se a preço de quase nada a força do semelhante para multiplicar o que de fato inexistente. O credo desloca-se da fé para a volubilidade da fortuna que ora nos eleva, ora pode nos destruir, como roda d'água recebendo e despejando energia que um pequeno curso cavado desvia do ribeirão. A razão substitui a religião e Deus é rebaixado à condição de depósitos bancários.

É nesse cenário que surge o santo moderno, na aridez da indiferença e dos esforços coordenados para finalidades desconhecidas. Cada um sabe de si apenas o suficiente para cumprir uma tarefa especializada, como nenhum outro faria, até descobrir que há outro modo, mais barato e próximo da perfeição, e ser trocado por máquinas de automação e ser forçado a olhar para o sol após uma existência agrilhado em caverna. A libertação pode ser uma espécie de morte, para se olvidar tudo o que imaginou ser e descobrir que não passou de ilusão. Que Deus, que exemplo, que palavra haverá de seguir em sua solitária existência desprovida de missão e de pão? Sucumbir é destino, escolha ou algo além de sua compreensão? A competição entre os mais aptos o dirá; é o pensamento que a muitos soará como autorização para realizar o impen-sado em tempos de paz.



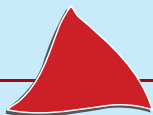


Há similitude das grandes cidades com desertos insondáveis, como se cada pessoa se encolhesse em um grão de areia, movido por ventos entre dunas e vales, sempre na secura ambiental de onde a água não chega. Uma voz perdida, não mais que isso, que não ressoa e nem revela importância, é o registro desesperado do sentimento de ausência, de falta de pertença, rumor de má sorte. Mas há os hermeneutas desse desmedido efêmero de se perceber finito e findo, que se manifestam com vozes desejadas pelos ouvidos da grande horda de desvalidos, bem ou mal vestidos. São vozes multiplicadoras que recebem em retorno o último impulso de quem salta para uma prometida e incerta salvação. É o reino da comunicação que se anuncia e reverencia, com suas deidades oportunistas descobrindo a vastidão de tudo quanto seja possibilidade de comunicação entre os que, no sem sentido do gutural, desconhecem o poder da escrita e da leitura.

Um deserto comunicacional é impossibilidade, tristeza, depressão, um noturno que se estabelece nos olhos e na alma, mundividência colapsante. Se nele penetra a alegria, por um instante, é estrela cadente que indica ao crente um nascimento iluminante, algo sobrenatural e revolucionário do pequeno mundo circunstante. As circunstâncias de uma vida sem eco e distante, tudo o que há de diferente do ser, verdades absolutas de principiante ou relativizações de espíritos cambiantes, compõe um cenário nada vibrante, descolorido e abatido, ressequido e desejoso de experiência nova, inebriante. Uma sociedade do espetáculo que se adapta ao fenômeno publicitário implantado, mesmo que imperceptivelmente, na formação do que pensa ser sua autonomia pensante.

O santo moderno é esse comunicador da chama que invade a noite e brilha no seu instante, pronto para aparecer em sua grandeza infinitesimal de partícula quântica. O subatômico do indivíduo é seu *locus* e primado, ponto de partida e vislumbre de chegada, a harmonia prometida para uma existência degradada, elixir da regeneração.

Desembargador, ex-presidente da AMAGIS, membro do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais

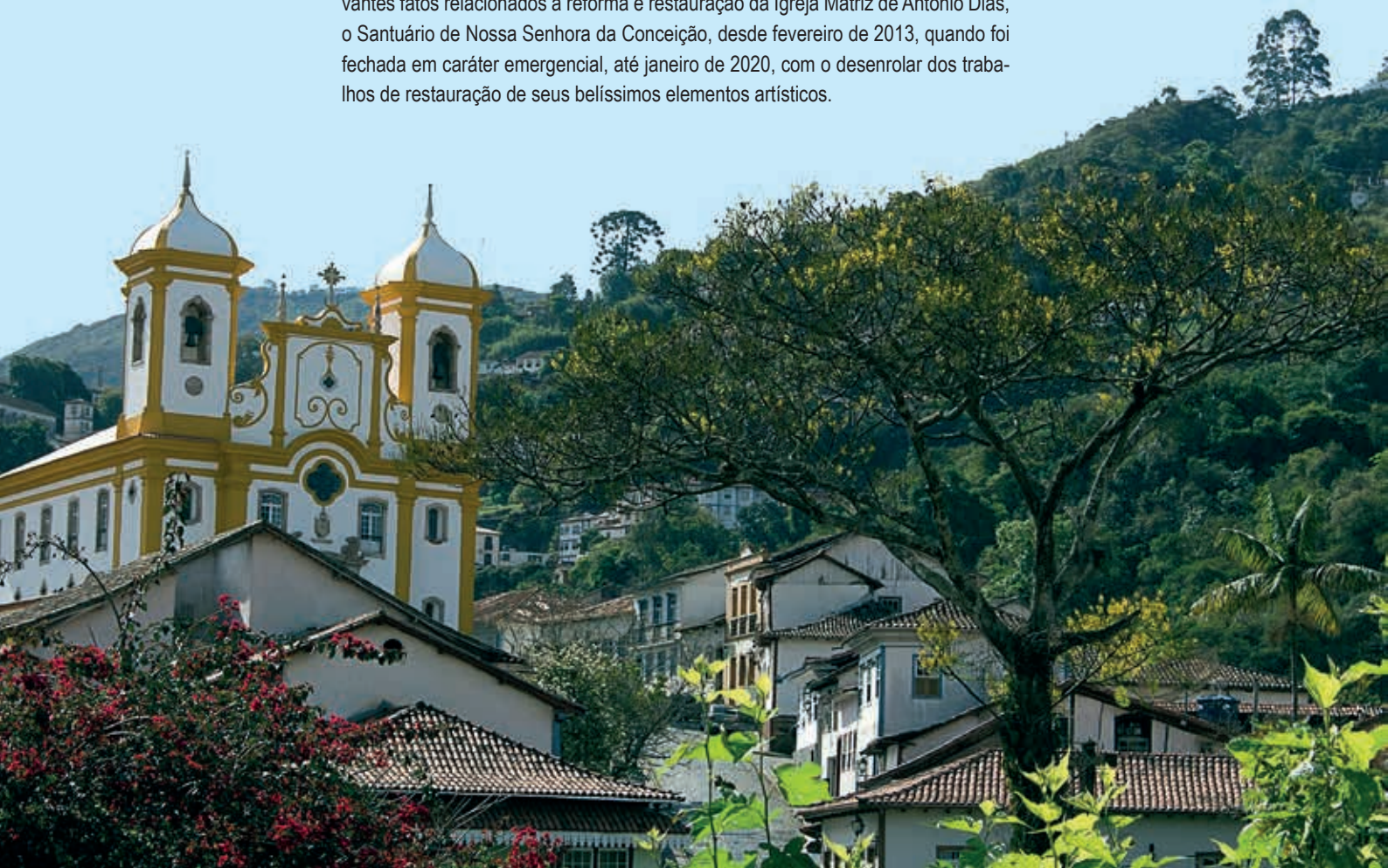


Restauração do Santuário Arquidiocesano de Nossa Senhora da Conceição, em Ouro Preto, MG

Cônego Luiz Carlos Cesar Ferreira Carneiro*

Para ficar marcado na história desta tricentenária Paróquia Nossa Senhora da Conceição, achei por bem redigir e publicar o seguinte artigo para conhecimento de todos os ouro-pretanos, especialmente os paroquianos da dita Paróquia, bem como de todos os historiadores e demais pesquisadores que se dispuserem a estudar a história desta, que é uma das mais antigas paróquias de Minas Gerais e detentora de um inestimável patrimônio material e de fé.

As linhas seguintes se propõem a explicar de maneira sucinta os mais relevantes fatos relacionados à reforma e restauração da Igreja Matriz de Antônio Dias, o Santuário de Nossa Senhora da Conceição, desde fevereiro de 2013, quando foi fechada em caráter emergencial, até janeiro de 2020, com o desenrolar dos trabalhos de restauração de seus belíssimos elementos artísticos.





Breve notícia da restauração

Fechamento da Igreja

Ao final do mês de janeiro de 2013, ao realizar-se as manutenções rotineiras nos telhados e outras estruturas físicas das centenárias igrejas da Paróquia Nossa Senhora da Conceição, em Ouro Preto, constatou-se, pelos profissionais responsáveis por tal serviço, o estado de extrema precariedade do telhado da Matriz Santuário de Nossa Senhora da Conceição.

Diante da alarmante situação, a Paróquia providenciou imediatamente, às suas próprias custas, o trabalho da arquiteta e urbanista Paola de Macedo Gomes Dias Villas Bôas e do engenheiro civil Ney Nolasco Ribeiro, os quais realizaram um levantamento técnico, mais completo e detalhado da situação, e emitiram, em 30 de janeiro de 2013, um laudo técnico sobre as condições de conservação da mesma Matriz, no qual concluíram:

Assim indicamos a interdição da Matriz de Nossa Senhora da Conceição em caráter de urgência, para evitar danos à vida de fiéis e visitantes, como também a execução de obras emergenciais de escoramento para impedir que sejam perdidos elementos importantes para a preservação desse bem de inestimável valor cultural. (VILLAS BÔAS; RIBEIRO, 2013)

Para elaborar tal relatório, os profissionais já citados, percorreram o telhado do Santuário, em companhia do carpinteiro Paulo José de Paula, e identificaram a aceleração da deterioração da estrutura do telhado, num curto período de tempo, comparando-se com a situação do mesmo no ano de 2010. Ademais, algumas peças principais da estrutura do telhado da nave encontravam-se rompidas e outras em estado de conservação considerado muito ruim, apodrecidas e atacadas por insetos xilófagos (cupins). Os profissionais ressaltaram a possibilidade de

descolamento completo e desabamento de toda a estrutura, bem como as consequências que esse mau estado de conservação já estava acarretado a outras estruturas integradas da igreja, como a movimentação de elementos construtivos e artísticos, tais como paredes e altares laterais da nave e dos dois grandes anjos da capela-mor.

De posse do relatório, datado de 30 de janeiro daquele ano, a Paróquia, já no dia seguinte ao recebimento do laudo técnico, deu ciência do mesmo ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, através de ofício encaminhado ao seu Escritório Técnico em Ouro Preto, por meio do qual solicitava uma visita técnica, para tomada de decisões necessárias, com a urgência que o caso inspirava.

A partir da segunda-feira, 11 de fevereiro de 2013, o pároco, Padre Luiz Carlos Cesar Ferreira Cameiro, embaixado no laudo técnico e na visita realizada pelo IPHAN, tendo comunicado à Arquidiocese de Mariana, através de seu arcebispo metropolitano, à época Dom Geraldo Lyrio Rocha, e tendo este concordado, resolveu acatar a indicação dos profissionais responsáveis e fechar o Santuário de Nossa Senhora da Conceição por tempo indeterminado, até a sua completa restauração, a fim de evitar maiores problemas, que poderiam até mesmo acarretar em uma tragédia, com o desmoronamento do telhado, em parte ou como todo, sobre os fiéis ali reunidos para algum ato religioso ou sobre turistas visitando aquela igreja, marco importantíssimo do barroco brasileiro, a qual guarda os restos mortais de Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho.

A título de informação e nota histórica, cabe informar que esta não foi a primeira vez em que a dita Matriz teve de ser interditada às pressas. No ano de 1868, o engenheiro da Província de Minas Gerais, Martiniano da Fonseca Reis Brandão, em ofício de 28 de janeiro daquele ano, achou prudente mandar fechar as portas do templo com a máxima urgência para os consertos que nela se faziam necessários. A 30 de janeiro daquele ano — curiosamente mesmo dia em que se datou o laudo técnico de 2013 recomendando novo fechamento — o dito engenheiro, o pároco e os membros da Irmandade do Santíssi-



mo Sacramento se reuniram e decidiram acatar a orientação de fechar imediatamente a Matriz de Antônio Dias, como se lê no Livro de Termos da Irmandade do Santíssimo Sacramento (4.1.1), às folhas 66v e 67. Pelos dados do mesmo livro estima-se que a interdição perdurou por cerca de cinco anos.

Repercussão e primeiras consequências do fechamento da igreja

A notícia do fechamento de tão importante templo barroco, no contexto do centro histórico de Ouro Preto, logo ganhou grande repercussão na mídia local, estadual e nacional, sendo o fato noticiado em jornais e telejornais de grande circulação e audiência.

Em 16 de abril do mesmo ano, o jornal Folha de São Paulo, publicou matéria noticiando o fechamento do Santuário e expondo os motivos da decisão tomada pelo pároco e ratificada pelo IPHAN. No entanto, a mesma matéria citava o principal entrave para o início imediato das obras: o valor de R\$ 6 milhões (seis milhões de reais) para a execução do escoramento e intervenção de urgência. À época o IPHAN informou que o projeto de restauração do templo estava em análise pela comissão do PAC Cidades Históricas, sem, contudo, uma data para a conclusão da análise. A Prefeitura, também àquela época informou que havia cumprido os trâmites exigidos pelo Governo no que se referia à situação.

Imediatamente após o fechamento do Santuário, as atividades religiosas passaram a ser realizadas nas demais igrejas pertencentes à Paróquia Nossa Senhora da Conceição, a saber: igreja de São Francisco de Assis, igreja de Nossa Senhora das Dores, igreja de Nossa Senhora Aparecida e igreja de Nossa Senhora das Mercês e Perdões, a qual também se encontrava fechada para restauro, porém em fase final, e foi reaberta em novembro daquele mesmo ano. Além dos espaços que dispunha, foi feita uma ampla adequação do salão paroquial, ao lado do Santuário, o qual passou a denominar-se “Espaço Celebrativo”, de maneira a atender também o serviço litúrgico e religioso da Paróquia durante todo o tempo necessário, enquanto o Santuário estivesse em restauração. Foram retiradas as divisórias e preparados os lugares da sacristia e do presbitério, readequada a iluminação e a ventilação e transportados para lá todos os bancos do Santuário, a fim de acomodarem os fiéis durante as cerimônias.

Quanto às peças que compunham a exposição permanente do Museu Aleijadinho, fundado em 1968 e desde então funcionando em três ambientes no fundo da igreja — cripta, sacristia e consistório —, estas foram removidas para local adequado, higienizadas e acondicionadas pelos profissionais do mesmo Museu. Algumas delas foram transportadas com segurança para a sacristia da igreja de São Francisco de Assis, onde se organizou uma sala de exposição com a finalidade de garantir a visitação e o respeito aos numerosos turistas que acorrem a Ouro Preto para conhecer um pouco da história do Brasil, contada por este vasto acervo cultural. Juntamente com essas obras, as peças de uso litúrgico e/ou devocional, que se encontravam nos diversos ambientes da igreja Matriz foram também acondicionadas em local adequado, evitando sua deterioração ainda maior, decorrente do fechamento da igreja.





Primeiras reuniões com o poder público para tratar das obras emergenciais

Passados dois meses do fechamento do Santuário, no dia 16 de abril, a presidente do IPHAN, Jurema Machado, determinou que as intervenções necessárias à garantia da estabilidade da igreja fossem realizadas de imediato com recursos do orçamento ordinário.

Dois dias depois, em 18 de abril, reuniram-se o pároco, Padre Luiz Carneiro, o chefe do Escritório Técnico do IPHAN em Ouro Preto, João Carlos Cruz de Oliveira, a secretária estadual de Cultura de Minas Gerais, Eliane Parreiras, o secretário municipal de Cultura e Patrimônio de Ouro Preto, José Alberto Pinheiro, e a presidente da Fundação de Arte de Ouro Preto – FAOP, Ana Pacheco, para tratarem de assuntos relacionados às obras emergenciais da igreja.

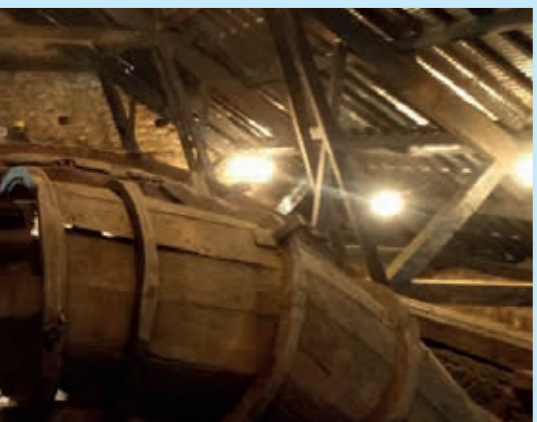
Ficou acertado que dentro de cerca de 30 dias seria executado o projeto de escoramento da parte interna da igreja, onde o forro, os altares e as paredes apresentam trincas, e que a estimativa de tempo para um restauro completo seria de 24 meses. Na ocasião, a Secretária Estadual de Cultura posicionou-se a favor do fechamento da igreja, como medida de segurança e ressaltou que a intervenção do Governo do Estado de Minas Gerais foi no sentido de ser interlocutor na tentativa de solucionar o problema. Ainda na reunião, os secretários estadual e municipal de cultura dispuseram-se a empreender todos os esforços para viabilizar complementações orçamentárias, caso os recursos liberados pelo PAC não fossem suficientes para a obra em questão.

Reações de algumas pessoas ao fechamento da igreja

Entretanto, apesar dos notórios e conhecidos esforços de todos os lados, tanto da autoridade religiosa — Paróquia e Arquidiocese de Mariana — quanto do poder público em todas as suas esferas, não faltaram pessoas de má fé e pouco conhecimento incitar a incompreensão de significativa parcela da população, principalmente do bairro Antônio Dias. Essa incompreensão gerou manifestações de repúdio ao fechamento da igreja, porém nenhuma atitude concreta para, pelo menos ajudar na solução do problema, foi apresentada quer à Paróquia quer às autoridades constituídas. Enquanto os paroquianos, assíduos frequentadores do templo e que sempre tiveram suas relações afetivas e culturais ligadas a ele, permanecia em apoio às medidas que vinham sendo tomadas, alguns outros, sobretudo comerciantes insatisfeitos com a queda no número de turistas que visitavam o bairro, promoviam inverdades e “achismos” a cerca da restauração do Santuário, sem considerar o risco que era manter o funcionamento da igreja em tamanha precariedade. A demora dos prazos necessários para execução das obras ia fomentando ainda mais essa situação. Porém, com o passar o tempo e a tomada de consciência por parte de muitas dessas pessoas, a respeito da necessidade de tudo o que se estava fazendo, e a constatação da premente necessidade de restauração estrutural da igreja matriz, essa situação foi sendo contornada, até restarem alguns poucos que insistiam em sua ignorância.

Edital e início das obras estruturais do Santuário

Em 14 de novembro de 2013, ao noticiar as comemorações do bicentenário da morte do Aleijadinho, o jornal “Estado de Minas”





publicou matéria intitulada “Uma chaga no patrimônio”, na qual lamentava os atrasos na execução do projeto de restauração emergencial do Santuário, onde está sepultado o corpo do artista, patrono das artes no Brasil. Até aquela data nem mesmo o escoramento interno que havia sido acordado em abril para ser executado em prazo máximo de 30 dias havia acontecido. Àquela época houve nova promessa, por parte do IPHAN, de que as obras teriam início em janeiro de 2014, com recursos da ordem de R\$ 6,5 milhões (seis milhões e meio de reais) do PAC, administrados pelo IPHAN, que também é responsável pelo imóvel, tombado por lei federal de 1939.

Depois de reestruturar todo o projeto de restauro, compatibilizando-o às realidades atuais, tanto no que se refere, por exemplo, a planilha orçamentária quanto a materiais que nele constavam e saíram de fabricação, em janeiro de 2014, o IPHAN se pronunciou sobre o edital de licitação para a execução das obras de restauração do Santuário de Nossa Senhora da Conceição. Segundo o chefe do Escritório Técnico de Ouro Preto, em 12 de dezembro de 2013, o projeto executivo fora aprovado em Brasília, no valor de R\$ 6,5 milhões (seis milhões e meio de reais), com previsão de 18 meses de obras, somente da parte estrutural da igreja, abonando-se assim a ideia inicial de escoramento interno da igreja, o qual nem chegou a ser feito.

As obras iniciaram-se em outubro de 2014, tendo sido contratada a Construtora Ambiental Ltda. para o serviço de restauração arquitetônica, recuperação e toda a cobertura, abrangendo tanto a estrutura quanto as telhas. Telhas essas que antes eram de tamanhos diversos e disformes, o que provoca vazamentos e comprometia a estrutura com o passar dos anos. Com aprovação do IPHAN, foram colocadas telhas novas e simétricas e estendida sobre todo o telhado da igreja uma manta aluminizada para evitar vazamentos. Também fizeram parte da obra no telhado, a revisão dos arremates e beirais, a reconstituição as cimalthas externas e a imunização de todo o madeiramento, sendo, obviamente, substituídas todas as peças danificadas.

Os elementos artísticos do interior do Santuário, sobretudo os mais sensíveis, foram protegidos para evitar danos, a cantaria foi toda higienizada, o reboco interno e externo foi recomposto, seguindo padrões do IPHAN para os bens setecentistas, foram revistos todos os elementos das portas e janelas e os barrotes de sustentação do assoalho e do forro não artístico. Os óculos e seteiras foram vedados com esquadrias de vidro e removeu-se camadas de cera sucessivamente aplicadas sobre tabuados e tijoleiras ao longo dos anos. Por fim, toda a parte elétrica foi completamente refeita, de acordo com minuciosos padrões de qualidade e normas de segurança.



Projeto de prevenção e combate a incêndio e pânico

Concomitante à restauração estrutural da igreja, desenvolveu-se também o projeto de prevenção e combate a incêndio e pânico, com a instalação de todas as estruturas necessárias no interior e exterior da igreja, com destaque para a construção de um grande reservatório de água no jardim do Santuário, com seus respectivos hidrantes, para utilização imediata e prática em caso de qualquer ocorrência de tal natureza.

Princípio de incêndio nas obras do Santuário

No dia 22 de maio de 2015, por volta das 22 horas, moradores da vizinhança do Santuário avistaram fumaça subindo de uma de suas torres e, de imediato, avisaram os bombeiros e a Paróquia. Foram os bombeiros, em ação rápida, que identificaram o foco do princípio de incêndio e controlaram-no utilizando extintores já presentes no próprio templo. Na manhã do dia seguinte o mesmo foco de incêndio voltou a ativa, e foi, dessa vez sim, controlado em definitivo pelos bombeiros. A perícia da

Polícia Civil concluiu que uma máquina de solda foi a causadora da fatalidade, porém não houve maiores danos ao templo ou a qualquer uma de suas peças.

Pintura externa e resgate das cores originais da fachada

Com a continuidade das obras de restauração da estrutura física do Santuário, na segunda metade de 2016, chegou-se o ponto da pintura externa, a qual revelou uma das maiores surpresas de todo o processo de restauração: a devolução das cores originais à fachada da igreja. Depois de minuciosa pesquisa técnica, por meio de prospecções realizadas por profissionais competentes, e de consultas a moradores mais antigos do bairro Antônio Dias, o IPHAN e a Paróquia chegaram a conclusão de que o tom amarelo-ocre era o original da fachada da Matriz de Antônio Dias, como é comum em construções contemporâneas a ela. Nas décadas de 60 e 70 fora aplicado sobre as cores originais um avermelhado, estranho às características do barroco, mas que acabou permanecendo por muitos anos e, portanto, sendo tomado como original pelos moradores mais novos. A mudança mereceu destaque na capa do Jornal "Estado de Minas", em edição de 28 de janeiro de 2017. A matéria relacionada, na mes-



ma edição, trazia depoimentos de moradores a respeito da nova cor da Matriz, mostrando-se favoráveis e satisfeitos com o andamento das obras, e a informação dada pela superintendente do IPHAN em Minas Gerais, de que, tão logo fossem concluídas as obras estruturais, teriam início os serviços de restauração dos elementos artísticos, porém sem data pré-determinada.

Encontro entre o pároco e a presidente do IPHAN

Com as obras estruturais concluídas, em 13 de abril de 2017, a presidente nacional do IPHAN, Kátia Bogéa, esteve em visita à cidade de Ouro Preto, ocasião em que esteve no Santuário de Nossa Senhora da Conceição, em companhia do prefeito municipal, Júlio Pimenta, e do secretário municipal de Cultura e Patrimônio, Zaqueu Astoni. A comitiva foi recebida pelo pároco, Cônego Luiz Carneiro, dentro do próprio Santuário, para que a Sra. Kátia pudesse, primeiramente, conhecer a histórica igreja e também acompanhar o resultado das obras de restauração que nela foram executadas com recursos do Governo Federal.

Em conversa com ela, o pároco cobrou diretamente os recursos para a segunda fase da restauração, que consiste na recuperação dos ricos elementos artísticos da igreja, expondo as necessidades que o levaram a fechar a dita igreja e a mantê-la fechada por todo esse tempo, até como forma de cobrar atitude das autoridades competentes, bem como do impacto social, cultural e econômico causado por tal situação, ainda que fosse ela muito necessária. Diante disso, a presidente se comprometeu pessoalmente a assegurar recursos para a próxima fase e, conseqüente, conclusão final das obras de restauro do Santuário de Nossa Senhora da Conceição. A metodologia, segundo ela, a ser empregada nessa fase permitiria a abertura do templo para que a comunidade e os interessados pudessem acompanhar todo o processo e os resultados obtidos, razão pela qual concordaram o pároco e a presidente do IPHAN, em assim fazê-lo. Tão logo fosse iniciada efetivamente a segunda fase das obras, depois da liberação do recurso para tal fim, a igreja seria de bom grado reaberta, sob responsabilidade de segurança do IPHAN, para que, como dito acima, os interessados pudessem acompanhar o desenrolar do processo de restauro; até que isso acontecesse permaneceria fechada. Essa reabertura, conforme os trabalhos permitissem, teria como objetivo promover a consciência e a educação patrimonial em toda a comunidade e nos visitantes, os quais



poderiam acompanhar in loco os processos minuciosos e extremamente técnicos realizados para recuperar e restaurar tão preciosos bens, e a ela nem a Paróquia nem o pároco em nada se opunham, ao contrário, concordavam e incentivavam.

Cerimônia de entrega da 1ª fase das obras

Em 18 de agosto do mesmo ano, em data marcada pelo IPHAN, ocorreu dentro do Santuário, a cerimônia oficial de entrega da primeira etapa da restauração da mesma igreja.

A cerimônia civil contou com a presença da presidente do IPHAN, Kátia Bogéa, do arcebispo de Mariana, Dom Geraldo Lyrio Rocha, do pároco, Côn. Luiz Carneiro, da superintendente do IPHAN-MG, Célia Corsino, do chefe do Escritório do IPHAN em Ouro Preto, André Macieira, do prefeito municipal, Júlio Pimenta, e de outras autoridades, bem como de populares, que encheram a nave da igreja Matriz. Em seus pronunciamentos, falaram a Sra. Kátia, o arcebispo Dom Geraldo, o prefeito e o pároco, ressaltando a importância e o contexto histórico da igreja Matriz de Antônio Dias. Tanto o pároco quanto

o arcebispo ressaltaram que as funções religiosas só serão retomadas dentro do Santuário ao final das obras, contudo a partir do início delas as portas do templo estarão abertas para a população acompanhar o seu andamento e o desenrolar dos processos nelas empregados.

Após a cerimônia de entrega, as pessoas que desejaram permaneceram no interior do Santuário, onde o chefe do Escritório do IPHAN em Ouro Preto, André Macieira, apresentou os resultados da primeira fase das obras de restauração, com fotos e explicações de tudo o que foi feito, e respondeu às perguntas que lhe foram dirigidas por parte dos populares.

Segunda fase das obras, restauração dos elementos artísticos

Em 28 de janeiro de 2019 foi assinada a ordem de serviço e imediatamente teve seu início efetivo a segunda fase da restauração do Santuário, na qual foram contemplados seus elementos artísticos, sendo contratada a empresa Anima Conservação, Restauração e Arte Ltda. Essa fase tem revelado muitas surpresas escondidas sob grossas camadas de tinta e cera de abelha e anos de interven-

ções desastrosas e sucessivas. Merecem destaque: O resgate do douramento original do teto da capela-mor, do dossel e dos anjos do retábulo-mor e dos anjos do arco-cruzeiro e a recuperação da policromia do mesmo altar-mor, tornando-o o mais próximo possível do seu original. Todos os cantos da igreja foram minuciosamente estudados, em busca das características mais próximas à originalidade do templo, tudo isso com a igreja aberta ao público, cujo acesso se permitia nos horários de trabalho da empresa responsável.

Há que se fazer uma registro especial também sobre o empenho e o esforço desmedido do Escritório Técnico do IPHAN em Ouro Preto, através do seu chefe, André Henrique Macieira de Souza, e da empresa vencedora da licitação, por meio do seu representante Gilson Felipe de Souza, junto ao pároco, à Paróquia Nossa Senhora da Conceição e ao Museu Aleijadinho no sentido de conduzir todo o processo de restauro com muita clareza, responsabilidade e cordialidade, na busca constante de recuperar o máximo possível dos ricos elementos artísticos desse templo barroco de importância tão singular para a história do Brasil.

Conclusão

Assim transcorreu todo o processo e as obras de restauração da Igreja Matriz e Santuário Arquidiocesano de Nossa Senhora da Conceição, na cidade de Ouro Preto – MG, desde a tomada de conhecimento da precariedade da situação estrutural da igreja, sobre-

tudo do telhado, por parte da Paróquia, passando pelas comunicações, articulações e encaminhamentos que foram feitos diante de tal situação junto às autoridades religiosas e civis, até a efetiva realização das obras, divididas em duas etapas: a primeira, estrutural, visando garantir a estabilidade e a segunda, artística, cujo objetivo foi o restauro de todos os elementos artísticos, até o mês de janeiro de 2020, quando o arcebispo de Mariana, Dom Airton José dos Santos, acolhendo renúncia do então pároco de Nossa Senhora da Conceição, Cônego Luiz Carlos Cesar Ferreira Carneiro, o transferiu e nomeou como pároco de outra Paróquia, e designará para a Paróquia Nossa Senhora da Conceição outro pároco, que virá a assumi-la em tempo oportuno, determinado pelo mesmo arcebispo, dando sequência os trabalhos, durante o tempo que ainda falta para a entrega definitiva do Santuário de Nossa Senhora da Conceição completamente restaurado.

Por fim, é bom que conste que a administração paroquial de 2005 a 2019/2020 tem plena consciência do dever cumprido face a tão grande empreendimento, mesmo diante de tantas incompreensões e reações adversas de pessoas e grupos mal-intencionados, o que de modo algum arrefeceu o ânimo e a determinação do pároco, Côn. Luiz Carneiro, e de toda a equipe da Paróquia Nossa Senhora da Conceição, do Museu Aleijadinho, da Arquidiocese de Mariana e do IPHAN; aqui destacando mais uma vez a dedicação do Escritório Técnico do IPHAN em Ouro Preto, na pessoa do seu chefe, o arquiteto André Henrique Macieira de Souza, ao qual fazemos menção justa e especial, para o desenrolar de todo o trabalho descrito no presente artigo.

Correspondência enviada pelo chefe do Escritório Técnico do IPHAN em Ouro Preto, André Henrique Macieira de Souza, em 07 de janeiro de 2020.

Cônego Luiz,

Diante da notícia da transferência do senhor, venho manifestar meu agradecimento pessoal e enquanto responsável pela unidade local do IPHAN.

Quando assumi o Escritório Técnico do IPHAN, em fevereiro de 2015, a primeira etapa das obras de restauração da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição de Antônio Dias ainda estava em fase inicial, com a instalação do canteiro de obras e proteção dos elementos artísticos. O desafio era grande, principalmente levando em consideração a complexidade do bem cultural e as expectativas da comunidade, ainda receosa em relação às restrições e limitações próprias de obras dessa natureza. O zelo, o apoio e a compreensão do senhor para com o monumento e para com o Escritório Técnico foram fundamentais, para não dizer decisivos, para os bons resultados que alcançamos.

Devo lembrar ainda que enfrentamos muitos contratempos, atravessamos uma fase de contingenciamento, aguardamos a conclusão dos projetos e todos os trâmites licitatórios para, finalmente, em janeiro de 2019, iniciarmos a segunda etapa! E esta já completa um ano de execução. Mais uma vez, a paciência, a persistência e a parceria do senhor foram fundamentais.

Por tudo isso, agradeço. Agradeço muito. E continuo contando com o senhor. Ainda temos muito trabalho pela frente. E muitos frutos a colher das sementes que o senhor, com muito carinho, ajudou a plantar.

Grande abraço e os melhores votos possíveis,

André Macieira
Chefe do Escritório Técnico do IPHAN em Ouro Preto

***Pároco e Reitor do Santuário N. Sra. da Conceição do Antônio Dias, em Ouro Preto, por 15 anos (2005-2020), atualmente Pároco da Paróquia de São Sebastião, em Barbacena**



Festa de Reinado de Nossa Senhora do Rosário

Bom Despacho não fica longe da capital. O primeiro civilizado a chegar à região, entre os rios Lambari e São Francisco, foi Manoel Picão Camacho (sem dúvida, um português), em torno do ano 1730. Estabeleceu-se que a origem seria a paragem do Garça, entre as atuais cidades de Moema e do próprio Bom Despacho. Os degredados lusos, Domingos Luiz de Oliveira e Manoel Ribeiro da Silva e o lendário Padre Vilaça, fixaram-se nas imediações de três colinas, “um lugar verdadeiramente pitoresco pela imensidade e a beleza de seu horizonte”. Ali surgiu a aldeia de Nossa Senhora do Bom Despacho do Picão. A povoação passou a ser Arraial da Senhora do Sol, como conhecida na província do Minho, principalmente em seu Santuário de Cervães, em Vila Verde-Portugal, é claro.

Documentos revelam que entre 1762 e 1765, Luiz Ribeiro da Silva, de Santa Maria do Pombeiro, arcebispo de Braga, no Minho, veio dar com os costados no Brasil, nas nascentes do Rio Picão, iniciando lavoura e criação de gado. Empreendedor, Luiz Ribeiro tomou a iniciativa de erguer a capela do Bom Despacho, na paragem do Picão, próxima ao rio São Francisco, conforme provisão episcopal de 16 de novembro de 1771. Em torno da capela construída no lugar da primitiva ermida coberta de capim, surgiram os primeiros arruamentos que deram origem ao arraial do Bom Despacho, hoje a cidade mais importante da região do Alto São Francisco, situada entre o grande lago de Três Marias e as nascentes do “rio da unidade nacional”.



Como registrado nos arquivos de Pitangui pelo historiador Laércio Rodrigues, o alferes Ribeiro da Silva é o fundador de Bom Despacho e merece as homenagens. Interessante observar que Picão Camacho, figura meio lendária, bem como os três portugueses que construíram a primitiva ermida são mais conhecidos e populares que os pioneiros e desbravadores revelados pelos documentos históricos. Nos fins do século XVIII, o arraial já tinha sua Companhia de Ordenanças, o que revela um certo desenvolvimento e organização da comunidade.

Bom Despacho e toda a região vizinha participaram ativamente da Revolução Liberal de 1842. A luta política no arraial, aliás, sempre foi muito acirrada. Em 1858, o chefe político Antônio Dias Maciel, jovem audaz e visionário, para evitar uma séria luta política em sua família, deixa o arraial de Bom Despacho, acompanhado de sua gente – e de seu filho Olegário Maciel, bondespachense de três anos de idade, futuro Governador de Minas Gerais.

Antônio Maciel alcança os sertões do Paranaíba, fixando-se em Santo Antônio dos Patos, hoje Patos de Minas, onde realizou intensa atividade política e foi um dos grandes líderes de seu desenvolvimento.

Em 1865, organizou-se em Pitangui o primeiro contingente de Voluntários da Pátria, que partiu para os campos de batalha da Guerra do Paraguai, integrado por 52 combatentes, sendo 18 de Bom Despacho, hoje esquecidos como diz o historiador Jacinto Guerra, apaixonado pela cidade, sua história e suas lendas.

Em 1872, organizou-se o primeiro movimento pedindo a criação da Vila de Bom Despacho e sua autonomia municipal, tendo à frente os padres Modesto de Souza e Alexandre Siqueira, o boticário João de Freitas

Mourão, vários Lopes Cançado, diversos Marques Gontijo e outros cidadãos do lugar. O espírito de empreendedorismo e independência é muito típico ali, assim como a preservação da história. Curiosamente, até hoje há “a gira de Tabatinga”, de origem predominantemente banto, falada no bairro Ana Rosa, antigo Tabatinga denominada “língua do Negro da Costa”, como observa a professora Sônia Queiroz. Até recentemente, sua maior falante era Maria Joaquina da Silva, Dona Fiota ou Fiotinha, grande representante desse modo de falar.

Para chegar ao que hoje é, Bom Despacho teve de desdobrar-se. Muita luta, coragem e disposição. Antes do auge do ciclo do ouro, ocorrido na região de Pitangui, várias bandeiras adentraram pelo território do Alto São Francisco. Devido à ocorrência de motins em Pitangui, a bandeira de Domingos Rodrigues do Prado viu-se obrigada a montar acampamento numa região a Oeste de Bom Despacho.

Em incursões realizadas, Antônio Rodrigues Velho, o Velho da Taipa, abriu picadas e tomou posse de campos e matas. No desbravamento dos sertões além do Rio Lambari, contou com o cunhado Manoel Picão Camacho, que, em 1730, tornou-se o primeiro morador da paragem que lhe deve o nome – Rio Picão. Assim nascia Bom Despacho.

A picada Pitangui-Piraporá-Paracatu, passando por Paragem de Piraquara, junto ao Rio São Francisco, foi de grande importância para o povoamento. No início da segunda metade do século XVIII, cessada a febre do ouro, e com as minas quase sem exploração, Pitangui e toda a Capitania entraram em processo de estagnação e declínio. Foi quando, entre 1755 e 1800, inúmeras famílias, procedentes de Pitangui, busca-

ram a região entre os rios Lambari e São Francisco, para se dedicarem à criação de porcos, bois e cavalos, desenvolvendo simultaneamente pequenas lavouras para subsistência.

A topografia plana ondulada da região possibilitava rápido conhecimento do território. Também se deu a formação de abrigos para escravos fugidos, os quilombos. Mas, na medida em que os negros eram liquidados, as áreas conquistadas eram distribuídas em sesmarias, resultando na formação das primeiras fazendas de criação de gado.

A partir de 1770, o Capitão Francisco de Araújo e Sá é mencionado como primeiro criador de gado, na condição de proprietário da fazenda do Picão, às margens do rio de mesmo nome. Aproximadamente por ali ergueu-se uma capela, que se tornou centro polarizador regional.

A capela de capim, antes a única existente, viu-se rodeada de casas, ranchos e vendas, favorecendo a formação do Arraial. Em uma sociedade fortemente religiosa, as irmandades gozavam de relevância e prestígio, pois atraíam antigos moradores e criavam oportunidades de convivência social. Entre elas, destaca-se a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, com intensa influência sobre a comunidade, com apogeu na Festa do Reizado.

Entre 1801 e 1831, o arraial começou a desenvolver seu potencial. A principal atividade econômica era a criação de gado, secundada pela produção de rapadura e aguardente, bem como as culturas de arroz, milho, mandioca e algodão. Em 1812, o arraial ao redor da Capela de Bom Despacho, através de carta régia, atingiu a condição de instituição civil. Com a aquisição de contornos urbanos, resultante do progresso do comércio e do setor produtivo local, a comunidade



Famosa Locomotiva nº 325, conhecida popularmente como Maria Fumaça



BIQUINHA – a Fonte da Biquinha é um chafariz cuja água de mina foi captada em 1900, pelo Padre Nicolau Ângelo Del Duca

requereu inutilmente, durante anos, a elevação do arraial à categoria de Vila.

O Município só foi criado em 1911, em 30 de agosto, com o desmembramento de Santo Antônio do Monte. A Vila foi efetivamente instalada em 1º de junho de 1912, contando com dois distritos: Bom Despacho e Engenho do Ribeiro.

A denominação da cidade foi dado em razão da capela, existindo controvérsias a respeito da origem do nome do templo. Uma vertente o atribui à devoção do seu fundador, Luiz Ribeiro da Silva, que, como outros portugueses povoadores do oeste mineiro, era procedente da Província do Minho, norte de Portugal, onde era fervoroso o culto a Nossa Senhora do Bom Despacho. Outra corrente afirma que a denominação surgiu na ocasião de uma seca prolongada, ocorrida entre 1767 e 1770. Então, os devotos de Nossa Senhora do Bom Despacho fizeram súplicas e orações pedindo chuva, e certos de que suas preces foram ouvidas ergueram a capela em honra à Santa.

A história de Bom Despacho remonta aos tempos do Brasil colonial, onde a capitania de Minas Gerais era, em grande parte, coberta por densas florestas.

Nos tempos seguintes, as terras ocupadas pelos iniciais povoadores, foram subdivididas e compradas. É interessante observar que a concessão de sesmarias era vinculada ao número de escravos requisitante. A região integrava a Sesmaria do Picão, cujo dono era João Gonçalves Paredes. O território foi vendido ao alferes português Luís Ribeiro da Silva em 1772, e denominado Campo Alegre. O alferes não foi o “fundador” de Bom Despacho, mas, quem de fato, doou as terras para o patrimônio de Nossa Senhora do Bom Despacho, onde já existia uma capela. Luís Ribeiro foi, por outro lado, um dos fundadores da referida Irmandade, cujo objetivo era levantar fundos para a reforma da ermida. Surgia, paulatinamente, um povoado com o nome original, passando a ser Tabatinga.

Em 1880, a freguesia de Bom Despacho desmembrou-se de Pitanguí, passando a pertencer ao município de Inhaúma, atual Santo Antônio do Monte. Neste período, Bom Despacho tinha como vigário o famoso italiano Nicolau Ângelo Del Duca. Defensor da comunidade, uniu um grupo de cidadãos para defender a independência municipal. Sob sua liderança requereu-se durante anos, a elevação

do arraial à categoria de Vila. O tema já perambulava pela Assembleia Provincial em 1872, quando o deputado Gustavo Xavier Capanema discursou em favor da elevação da freguesia a vila. Um dos argumentos usados por Capanema foi a presença de fazendeiros abastados no povoado, todos, inclusive, possuidores de escravos.

Em 1900, foi inaugurada uma bica de água, instalada num paredão de pedra na região central da freguesia. Construída pelo Vigário Nicolau Del Duca. A “Biquinha” configurou-se como um dos marcos iniciais da Vila de Nossa Senhora do Bom Despacho, usado para descanso de bandeirantes e aventureiros em tempos mais antigos, e passou a ser utilizado pelas lavadeiras, para abastecimento das casas próximas e espaço de lazer para crianças.

Em 30 de agosto de 1911, Bom Despacho foi elevada a município com apenas dois mil habitantes na área urbana e dezesseis mil em todo o território. Em 1912, a Vila foi efetivamente implantada e se elegeu o primeiro grupo de vereadores. Procedeu-se a instalação da Câmara Municipal, cujo presidente era coronel Faustino Antônio de Assumpção Filho. Naquele momento, outras figuras



IGREJA MATRIZ DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO
Foi construída na década de 1960

de Bom Despacho também festejaram o acontecimento. Entre eles: Gustavo Lopes Cançado, Faustino Assunção Teixeira, Aníbal Gontijo, Pedro de Paula Gontijo, Manuel Marques Gontijo, Francisco Lopes Cardoso, Antônio Marques Gontijo Sobrinho, Gervique José da Silva, capitão José Antônio Cardoso, coronel Segismundo Marques Gontijo, Flávio Xavier Lopes Cançado, Antônio Marques Gontijo, Joaquim Alves de Carvalho, Alfredo Alves Machado, Antônio Guerra da Silva, Antônio Lopes Cançado.

Entre 1912 e 1920, foi criada a primeira escola pública estadual, o Grupo Escolar de Bom Despacho – atual Escola Municipal Coronel Praxedes. Também foram criados o Fórum, a Cadeia, o Clube Bom Despacho, o Aeroclube a Companhia Força e Luz de Bom Despacho e construiu-se a Santa Casa. No início da década de 1920, consolidou-se a Estrada de Ferro Paracatu, que contribuiria para o desenvolvimento social, urbano e cultural.

Com a unificação das estradas férreas por acordo entre o Governo Federal e o Estadual, o Escritório Central e as oficinas passaram, para Divinópolis. Disto, decorreu o esvaziamento da Vila Operária. Todavia, em julho de 1931, Flávio Cançado Filho, prefeito de Bom Despacho, conseguiu de Olegário Maciel a implantação do 7º Batalhão de Caçadores Mineiros da Força Pública.

Ainda nos anos 20, começou-se a Igreja Matriz, idealizada pelo Pe. Augusto Ferreira de Andrade, que demandou mais de vinte anos. O templo foi erguido com a ajuda de toda a população, de operários da Estrada de Ferro Paracatu, soldados do Batalhão, cidadãos.

Na década de 1930, também criou-se a primeira grande indústria da cidade, a Fábrica de Tecidos Aliança Bondespachense. Pela Lei estadual n. 336, de 1948, nasceu o Distrito do Engenho do Ribeiro, anexado ao município. Neste período, Araújo e Moema eram também distritos, mas foram desmembrados em 1953. Nos anos 1950, a área educacional foi palco de desenvolvimento, com Ginásio Estadual e o Curso de Formação de Professores Primários e do Colégio Tiradentes no Sétimo Batalhão.

Nos anos 1970, a cidade assistiu às obras de urbanização, com alargamento, pavimentação e abertura de ruas. Nas décadas seguintes, a rede de esgoto foi estendida e criados o Distrito da Cemig, a Agência do INSS e a 28ª Delegacia Regional de Polícia.

A partir dos anos 2000, a cidade recebeu sua primeira universidade, a FUNPAC – Fundação Universidade Presidente Antônio Carlos, posteriormente chamada de UNIPAC, ALIS e atual UNA, oferecendo diversos cursos superiores à população. Foi instalado, ainda, o SESC-Laces, pólo de entretenimento e lazer em Bom Despacho. Mais recentemente, a cidade recebeu um hemocentro para atender os habitantes com problemas renais e a Universidade Aberta do Brasil – UAB, que oferece ensino de qualidade, à distância e gratuito. E há muito mais a contar e bons escritores que o fazem. Haverá nova oportunidade.

***jornalista, membro da Academia Mineira de Letras**

RESTAURAÇÕES SINGULARES NO BRASIL

e outras experiências acerca do patrimônio nacional



Projeto do Instituto Nacional de Desenvolvimento e Integração Cultural | INDIC, viabilizado por meio da Lei Federal de Incentivo a Cultura.

São dois volumes que versam sobre restaurações de importantes monumentos nacionais, mostrando em imagens e detalhes técnicos, aliado a aspectos históricos suas trajetórias e recuperações pelo país, resumindo algumas delas e detalhando a do Convento dos Mercedários e sua anexa Igreja das Mercês de Belém do Pará, no volume I e o Teatro Amazonas no volume II.

Contém, ainda, o primeiro volume, cópia de instigante processo judicial do século XIX, cujo resultado deu à Fazenda Nacional, por vários anos, a posse da Igreja. Discussão jurídica, na época da recém instalada república, recheada por conceitos que deram, posteriormente, origem ao Código Civil Brasileiro.

Para adquirir seu exemplar a preço promocional entre em contato: indic.br@gmail.com



Patrocínio | volume I



Patrocínio | volume II



Realização



MINISTÉRIO DA
CULTURA



memoriacult.com.br

A sua revista de cultura agora na internet.
Veja artigos veiculados nas edições impressas
em atualizações constantes.

Curta nossa página

facebook.com/MemoriaCult



Mais informações: memoriacult@gmail.com